



Instituto de Informática, I.P.

Relatório de Gestão 2010

Versão 1.0





Instituto de Informática, I.P.

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1 NOTA DE ABERTURA	3
2 DEFINIÇÕES (LISTA DE SIGLAS)	5
3 ENQUADRAMENTO	7
3.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO II, I.P.	7
3.1.1 MISSÃO	7
3.1.2 VISÃO	7
3.1.3 VALORES	7
3.1.4 FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	7
3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
3.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	9
3.4 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRECTIVO	11
4 OBJECTIVOS	12
4.1 OBJECTIVOS PLURIANUAIS	12
4.2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E RESULTADOS ATINGIDOS	13
5 RESUMO DA ACTIVIDADE 2010	14
5.1 PRINCIPAIS PROJECTOS E ACTIVIDADES DESENVOLVIDOS PELO II, IP	14
6 RECURSOS HUMANOS	18
7 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2010	19
7.1 ORÇAMENTO	19
7.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	20
7.3 RESULTADOS	25
8 CONCLUSÃO	26



1 NOTA DE ABERTURA

Enquadramento O relatório de gestão do I.I.P. sendo um documento de prestação de contas, complementar às demonstrações financeiras, tem por objectivo disponibilizar informação de carácter económico e financeiro sobre as respectivas práticas de gestão, a um conjunto alargado de destinatários, nomeadamente aos responsáveis políticos, com vista à tomada de decisão.

No desenvolvimento do presente relatório procurou-se, à semelhança dos exercícios económicos anteriores, melhorar a qualidade da informação disponibilizada, de forma a permitir analisar o grau de execução dos objectivos propostos, a estratégia seguida, os recursos utilizados e o desempenho financeiro atingido.

A informação proporcionada por este relatório, será útil para uma reflexão destinada a fundamentar escolhas entre usos alternativos de recursos, tendo em vista a consecução das finalidades estabelecidas para a actividade do II,I.P. e a melhor utilização dos recursos públicos.

Avaliação do Desempenho Organizacional De forma sintética podemos referir alguns dos principais indicadores relativos ao desempenho alcançado em 2010 pelo II,I.P.:

Indicadores

- foram disponibilizados mais 25% de serviços aplicativos relativamente ao ano anterior, com 578 entregas em produção;
- foram atendidos 353 pedidos de alteração, considerados de 1ª e 2ª prioridade pelo cliente, e colocados em produção;
- foram resolvidos 14.717 *tickets*;
- concretizados 12 novos processos de qualidade de dados;
- foram disponibilizados 10 novos serviços na SSD;
- foi verificado um incremento de 44,6% de acessos à SSD num total de 11.580.567 e um incremento de 46,4% de adesões à SSD num total de 1.150.773 de novos utilizadores;
- foi atingida uma percentagem de 95% de pedidos de serviço do SISS com um tempo de resposta < 30s;
- foram verificadas taxas de disponibilização do SISS > 97%, do SIF > 93% e da Web > 99,7%.

Destaque no âmbito do SISS

Na componente de desenvolvimento aplicativo realçamos a resposta atempada aos novos requisitos que visaram a harmonização das condições de acesso às prestações sociais não contributivas e o reforço da eficiência e do rigor, nomeadamente ao nível do controlo da fraude e evasão prestacional;



Instituto de Informática, I.P.

Continuação da Aposta nas Boas Práticas

No plano das boas práticas o II.I.P. obteve o reconhecimento dos seus sistemas de Gestão da Qualidade e da Segurança e tornou-se a primeira organização, prestadora de Serviços de Tecnologias de Informação, em Portugal, certificada pelas normas:

- ISO/IEC 9001:2008;
- ISO/IEC 27001:2005;
- ISO/IEC 20000:2005 e
- Recognised for Excellence - R4E 4 star, pela EFQM, de acordo com o seu Modelo de Excelência.

Recursos Humanos

O II, I.P. contava ao seu serviço, em 31 de Dezembro de 2010, com um total de 276 trabalhadores, número que ficou aquém dos 310 Postos de Trabalho necessários previstos no Mapa de Pessoal.

Recursos Financeiros

O orçamento executado pelo II.I.P. em 2010 foi de 35.708.760 €, consumindo as despesas correntes 38% (22.094.447 €) das quais 51% (11.212.178 €) são encargos com pessoal e as despesas de capital 13.614.312 €.

A taxa de execução do orçamento em 2010 foi de 89,3%, superior aos 83,3% verificada em 2009.

A superação dos objectivos fixados para 2010, a par com um aumento de novas solicitações das áreas de negócio, só foi possível devido aos elevados padrões de competência e motivação dos nossos colaboradores que constituem o activo mais importante para o sucesso da nossa organização.

Porto Salvo, aos 19 dias de Abril de 2011,

O Conselho Directivo

Manuel da Cruz Pires

Carlos Augusto Clamote

Rosa Coelho Fernandes



Instituto de Informática, I.P.

2 DEFINIÇÕES (LISTA DE SIGLAS)

Termo	Descrição
AAA	Área de Acreditação de Aplicações
AAC	Área de Aquisições e Contratos
ADM	Assistência na Doença a Militares
AFA	Área Financeira e Administrativa
APB	Associação Portuguesa de Bancos
ARH	Área de Recursos Humanos
BSC	<i>Balanced ScoreCard</i>
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CC	Cartão do Cidadão
CCenter	Centro de Contacto da Segurança Social
CD	Conselho Directivo
CO	Sistema de Contra-Ordenações
COBIT	<i>Control Objectives for Information Technology</i>
CPA	Controlo do Processo Administrativo
CPM	<i>Corporate Performance Management</i>
CSI	Complemento Solidário para Idosos
DASET	Departamento de Arquitectura de Sistemas e Estratégia Tecnológica
Datamart	Armazém de dados. Subconjunto de dados de um <i>Data Warehouse</i>
DES	Desemprego
DGI	Departamento de Gestão de Informação
DGITA	Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
DOSAC	Departamento de Operações, Sistemas e Comunicações
DRI/DRO	Declaração de Remunerações por Internet/Online
DSASSR	Departamento de Soluções Aplicacionais da Segurança Social e Reabilitação
DSAT	Departamento de Soluções Aplicacionais Transversais
EAQ	Equipa de Auditoria e Qualidade
EFQM	<i>European Foundation for Quality Management</i>
EPCI	Equipa de Planeamento e Controlo Interno
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
ETL	Sigla inglesa para os processos de Extracção Transformação e Carga
E-ValorRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
FGS	Fundo de Garantia Salarial
GC	Sistema de Gestão de Contribuições
GD	Gestão Documental
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GesRisp	Sistema de Gestão de Riscos Profissionais
GIL	Gestão de Ilícitos Criminais
GT	Gestão de Tesourarias
GTE	Gestão de Taxas Especiais
GSESS	Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social
IDQ	Identificação e Qualificação
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
II, IP	Instituto de Informática, IP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
IINQ	Internet Inquéritos
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
IT	Infra-estrutura Tecnológica
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
ITPT	Impedimentos Temporários para o Trabalho
JES	<i>JAVA Enterprise System</i>
LNES	Linha Nacional de Emergência Social



Instituto de Informática, I.P.

LVCR	Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações (Lei 12-A/2008)
MTSS	Mistério do Trabalho e da Solidariedade Social
NIF	Número de Identificação Fiscal
NISS	Número de Identificação da Segurança Social
PCN	Plano de Continuidade de Negócio
PF	Protecção à Família
PI	Plataforma de Integração
POC	Prova de Conceito
PPD	Plano de Preservação Digital
PRACE	Programa da Reforma da Administração Central do Estado
PS	Pessoas Singulares
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilidade
RPC	Regime Público de Capitalização
RS	Responsabilidade Social
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAF	Sistema de Apoio à Fiscalização
SEF	Sistema de Execuções Fiscais
SESS	Sistema Estatístico da Segurança Social
SH&ST	Sistema de Higiene e Saúde no Trabalho
SIADAP	Sist. Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública
SIATE	Sistema de Informação de Acessos dos Trabalhadores ao Edifício
SICC	Sistema Integrado de Conta Corrente
SIF	Sistema de Informação Financeira
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIPSC	Sistema de Informação de Protecção Social de Cidadania
SIRH	Sistema de Informação de Recursos Humanos, engloba o projecto E-ValorRH
SISS	Sistema de Informação da Segurança Social
Smartdoc	Sistema de Gestão Documental
SS	Segurança Social
SSDirecta	Segurança Social Directa
SVI	Serviço de Verificação de Incapacidades
THAI	Tratamento Histórico e Acessibilidade de Informação
TI	Trabalhadores Independentes
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TU	Tesouraria Única



Instituto de Informática, I.P.

3 ENQUADRAMENTO

3.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO II, I.P.

3.1.1 MISSÃO

O Instituto de Informática, I.P., tem por missão definir e propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação, garantindo o planeamento, concepção, execução e avaliação das iniciativas de informatização e actualização tecnológica do MTSS.

3.1.2 VISÃO

O Instituto de Informática, I.P. pretende ser uma referência nacional das melhores práticas na concepção, desenvolvimento, implementação e operação de Sistemas de Informação.

3.1.3 VALORES

O Instituto de Informática, I.P. rege-se por princípios de dedicação exclusiva ao serviço do interesse público, observando os valores fundamentais e princípios da actividade administrativa: legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa fé.

3.1.4 FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO

São considerados pelo II, IP, como factores críticos para o sucesso do cumprimento da sua missão:

- Melhorar a satisfação dos Utilizadores do Sistema de Informação da Segurança Social;
- Melhorar a eficácia e eficiência dos processos internos do II, IP, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Melhorar o desempenho dos seus Colaboradores através do desenvolvimento das suas capacidades de aprendizagem e inovação.

No que diz respeito aos resultados associados ao novo Sistema de Informação da Segurança Social, podem-se identificar contributos muito positivos, tendo em vista:

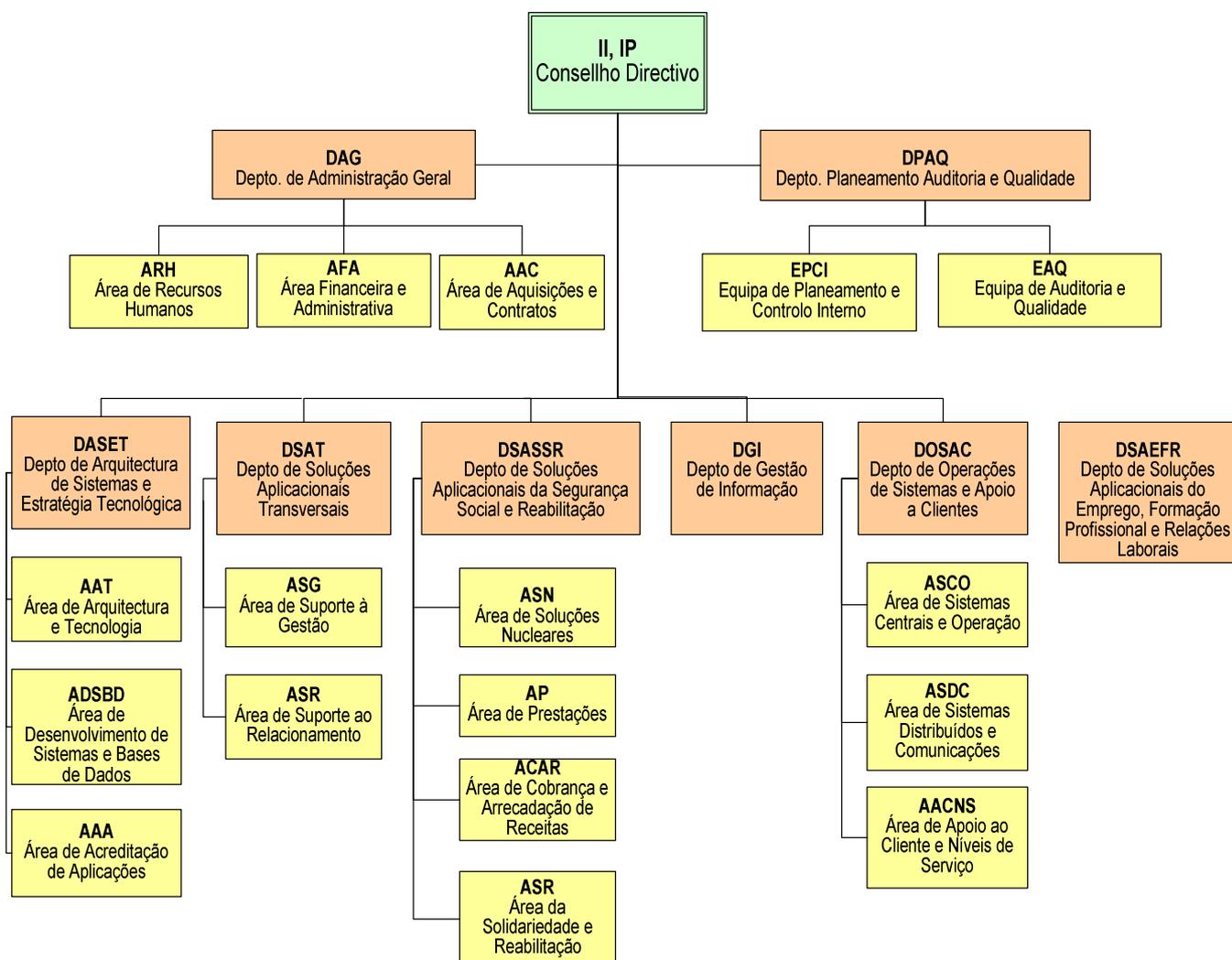
- A melhoria do relacionamento com os utentes da Segurança Social;
- A optimização da eficiência interna do Sistema de Segurança Social;
- A intensificação do combate à fraude e à evasão contributiva;
- A criação de um Sistema de Informação Estatística de Segurança Social.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para suporte e execução das suas actividades o II, IP, pode adoptar, nos termos dos estatutos, o seguinte modelo estrutural misto:

- a) Estruturas de projecto, organizadas matricialmente;
- b) Departamento e áreas, organizados hierarquicamente.

Em 31/12/2010 a organização interna tinha a seguinte configuração:





3.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O II, I.P. tem em prática todo um sistema de controlo interno para auxiliar a atingir os objectivos de gestão e assegurar a aderência às políticas definidas, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Elementos do Sistema de Controlo Interno

São elementos fundamentais do sistema de controlo interno do II, I.P. os seguintes:

- Definição de autoridade e delegação de responsabilidades;
- Segregação de funções;
- Controlo das operações;
- Organização da documentação;
- Realização de auditorias independentes.
- Nos pontos seguintes salientam-se os aspectos mais relevantes do Ambiente de Controlo.

Especificações Técnicas do Sistema de Controlo Interno

A Cadeia de Valor do II, I.P. é constituída por um conjunto de macro processos inter-relacionados e inter-actuates através dos quais o Instituto cria o valor dos produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, e assegura o controlo da actividade desenvolvida.

No Manual da Qualidade e Manuais de Processos do II, I.P. estão evidenciados os processos de controlo interno, que procuram garantir os requisitos das boas práticas.

As especificações técnicas estão claramente definidas, documentadas, comunicadas e compreendidas por todos os colaboradores.

Toda a Cadeia de Valor do II, I.P. está documentada em Processos e Procedimentos.

Na Intranet do II, I.P. pode ser consultada documentação referente a:

- Políticas
- Manuais
- Procedimentos
- Normas
- Guias de Orientação

Esta documentação é referente aos seguintes processos e procedimentos implementados:

- Gestão da Relação com Clientes;
- Gestão Orçamental;
- Planeamento Estratégico e Operacional;
- Gestão de Alterações;
- Gestão de Projectos;



Instituto de Informática, I.P.

- Construção, Manutenção e Entrega de SI's;
- Gestão de Configurações;
- Gestão de Capacidade;
- Gestão da Disponibilidade;
- Gestão da Continuidade;
- Gestão de Operações;
- Gestão de Informação;
- Gestão da Segurança de Informação;
- Gestão de Riscos;
- Gestão de Incidentes;
- Gestão de Problemas;
- Gestão dos Níveis de Serviço;
- Formação e Desenvolvimento;
- Avaliação de Desempenho;
- Recrutamento e Selecção;
- Gestão Administrativa de Pessoal;
- Gestão de Aquisições e Contratos;
- Contabilidade;
- Fluxos Financeiros;
- Gestão Administrativa.

Auditorias

O empenhamento da organização conduziu à certificação do II,IP pela norma ISO 20000-1:2005.

Por outro lado, foi garantido o cumprimento do Plano de acções de melhoria relativamente às restantes certificações e acompanhamento das respectivas auditorias externas de seguimento (ISO/IEC 9001:2008 e ISO/IEC 27001:2005).



Instituto de Informática, I.P.

3.4 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRECTIVO

Os membros do Conselho Directivo do Instituto de Informática, I.P. estão subordinados ao regime definido na Lei-quadro dos institutos públicos e, subsidiariamente, no estatuto do gestor público (nº 1 do artigo 25º da Lei nº 3/2004, de 15 de Janeiro, e artigo 10º do Decreto-Lei nº 211/2007, de 29 de Maio).

O estatuto do gestor público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) preceitua no nº 2 do artigo 42º que, até à entrada em vigor do novo regime remuneratório dos dirigentes dos institutos públicos, se mantém em vigor a Resolução do Conselho de Ministros nº 29/89, de 26 de Agosto.

Significa esta aplicação que os membros do Conselho Directivo têm direito a: a) remuneração mensal ilíquida (nº 1 da Resolução); abono para despesas de representação (nº 13 da Resolução), subsídio de férias e de Natal (nº 14 da Resolução).

Com interesse para a questão cumpre ainda salientar o nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 121/2005, de 1 de Agosto que fixa o pagamento do abono de despesas de representação em 12 meses.

Esta Resolução é aplicável aos membros dos conselhos directivos dos institutos públicos (nº 12).

Os membros do Conselho Directivo do II, IP auferem a remuneração com o montante fixado através do Despacho n.º 8035/2002 (2ª série), correspondente à dos gestores público situados no Grupo A Nível 1.

Na sequência da aprovação, em Junho de 2010, da redução de 5% no vencimento mensal ilíquido dos titulares de cargos políticos, gestores públicos e equiparados (artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho - Medidas adicionais e novas metas de consolidação orçamental para 2010) os membros do Conselho Directivo viram reduzidas as respectivas remunerações.



Instituto de Informática, I.P.

4 OBJECTIVOS

4.1 OBJECTIVOS PLURIANUAIS

O Plano de Actividades de 2010 foi elaborado segundo o método de gestão por objectivos seguido nos anos anteriores, tendo sido operacionalizados para 2010 parte dos objectivos estratégicos plurianuais que constavam na Carta de Missão do Instituto, seguidamente descritos:

- 1) Completar o desenvolvimento das aplicações previstas no Plano Estratégico de Sistemas de Informação da Segurança Social;
- 2) Assegurar a manutenção evolutiva e correctiva das aplicações nacionais em exploração;
- 3) Continuar a identificação das situações anómalas relacionadas com a unicidade de informação e criar mecanismos, em articulação com o Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP), para a sua redução;
- 4) Garantir o histórico de toda a informação actualmente operada nas aplicações nacionais, em condições de em qualquer momento se encontrar disponível para acesso;
- 5) Concluir o “*datawarehouse*” (repositório de dados) incorporado no Sistema Estatístico da Segurança Social, no que se refere às aplicações nacionais em exploração;
- 6) Conceber, desenvolver e implementar, em articulação com o ISS, IP um novo sistema de relacionamento com os cidadãos e empresas, assente na diversificação dos canais de relacionamento (presencial, telefónico e internet);
- 7) Manter os actuais níveis de desempenho que têm vindo a ser alcançados pelo site de Internet da segurança social (*www.seg-social.pt*);
- 8) Manter a taxa de disponibilidade e desempenho dos sistemas e serviços operacionais;
- 9) Melhorar significativamente os níveis de desempenho do serviço de suporte aos utilizadores das aplicações de âmbito nacional, tanto numa perspectiva interna como externa ao sistema;
- 10) Conceber e implementar o Sistema de Avaliação da Satisfação dos Utilizadores;
- 11) Implementar o Sistema de Continuidade Operacional do Negócio e de Recuperação de Desastres;
- 12) Desenvolver um projecto com vista ao reconhecimento “Committed to Excellence” pela Associação Portuguesa para a Qualidade/EFQM, e à certificação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com as normas ISO 9001:2000, ISO 27001:2005 e ISO 20000;
- 13) Melhorar o sistema de gestão e controlo do II, IP através do desenvolvimento do sistema de gestão de riscos, da melhoria do sistema



Instituto de Informática, I.P.

integrado de gestão de projectos, e do modelo de planeamento e controlo operacional das actividades;

- 14) Aperfeiçoar o modelo de gestão estratégica dos recursos humanos do II, IP assente na optimização dos planos de formação;
- 15) Formalizar um plano de recrutamento, desenvolvimento e gestão de carreiras com vista à retenção e motivação dos recursos humanos, em face da forte concorrência que se verifica no sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

4.2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E RESULTADOS ATINGIDOS

Cumprimento dos objectivos definidos

O resultado global atingido resultou de um trabalho de equipa em que os vários níveis hierárquicos intervieram, e todos os colaboradores contribuíram individualmente para o controlo operacional de curto prazo com vista à concretização da estratégia global definida pelo Conselho Directivo. O grau de cumprimento dos objectivos definidos pelo II, IP para o ano de 2010 resume-se no quadro seguinte.

ESTRUTURA BSC 2010		RESULTADOS BSC 2010		
Perspectiva	Obj Estr	% Exec Obj Estratégico	% Exec Perspectiva	% Execução Global
Contribuição Corporativa	Aumentar o nº de Sub-sistemas/aplicações em produção e o nº de novos módulos nos Sub-sistemas/aplicações em produção	97.68%	98.42%	96.22%
	Evoluir e actualizar a arquitectura tecnológica	98.87%		
	Implementar novos datamarts no Sistema de Gestão da Informação	99.51%		
	Implementar acções de melhoria da qualidade dos dados, histórico e acessibilidade de informação e interoperabilidade	99.70%		
	Formulação do Plano Estratégico do MTSS para 2010-2012	100.00%		
	Realização de um estudo visando a concretização do alargamento do âmbito das competências do II, IP a outras áreas do MTSS	96.16%		
Utilizadores	Assegurar 95% de resolução e implementação dos pedidos de 1ª prioridade de manutenção evolutiva e correctiva acordados com o cliente e com cobertura orçamental	95.87%	98.67%	
	Implementar acções de melhoria no Sistema de Relacionamento da Segurança Social	100.00%		
	Assegurar a melhor adequação das infra-estruturas às necessidades actuais (capacidade de resposta e disponibilidade)	99.01%		
	Assegurar 90% de disponibilidade (tempo) dos sistemas e aplicações do negócio para a Segurança Social Directa	100.00%		
Processos Internos	Iniciar um estudo de integração de sistemas de outros organismos no Plano de Continuidade do Negócio	100.00%	90.28%	
	Continuar as acções relativas à obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade	95.00%		
	Optimizar os processos da cadeia de valor	81.95%		
Aprendizagem e Inovação	Desenvolver acções que promovam o incremento da motivação dos colaboradores	82.60%	77.78%	
	Desenvolver acções que promovam o incremento das competências dos colaboradores	72.96%		



5 RESUMO DA ACTIVIDADE 2010

5.1 PRINCIPAIS PROJECTOS E ACTIVIDADES DESENVOLVIDOS PELO II, IP

No sentido de se evidenciar as concretizações do II, IP, apresentamos as seguintes listagens que sintetizam as realizações mais relevantes, **concluídas ou em curso** pelo II, IP até 31 de Dezembro de 2010:

NOVAS INICIATIVAS

Plataforma SISS

- Sistema de Gestão de Riscos Profissionais
- RSI_ Averiguação oficiosa de rendimentos e admoestação
- Sistema Integrado da Dívida – Módulo da visão conjunta de dívida entre GC e SEF
- Citações Electrónicas
- Gestão de revertidos em execução Fiscal _Apensação em Reversão_GREF
- Evolução do Cartão do Cidadão
- Gestão de Medidas Extraordinárias
- Alargamento de incentivos
- DL70/2010 Condição de Recursos
- Código Contra-Ordenacional DL 107/2009
- DL 72/2010
- Montante Adicional 1º escalão DL 77/2010
- DL 116/2010 – Redução do 1º e 2º escalão e Eliminação do 4º e 5º escalão
- Código Contributivo

Plataforma SAP

- Orçamento e Contas das IPSS
- Upgrade do SIF
- Projecto GO-Pro (gestão por objectivos ISS)
- SIF – Tesouraria Única
- Validação automática de facturas

Plataformas de Relacionamento

- VIA-SS – Centro de Contacto da SS (mais postos de Atendimento, novos Serviços)



Instituto de Informática, I.P.

Plataforma SESS

- Segurança Social Directa (Novos serviços Internet)
- Combate à Fraude
- Novos Datamarts
- THAI
- Migração da Plataforma SESS para o Centro Alternativo de Viseu

Infraestruturas

- Private Cloud
- Infraestrutura do VIA-SS
- Nova plataforma para reporte de incidentes
- Estudo de integração das infra-estruturas tecnológicas do MTSS

Gestão da Qualidade

- Certificação ISO 20.000
- Aumento da eficiência dos Processos IT da Cadeia de Valor
- Implementação da ferramenta de Gestão de Riscos e Controlo Interno
- Estudo de exequibilidade da expansão do Sistema de Gestão de Segurança de Informação ao processo prestações imediatas da Segurança Social
- Políticas e Objectivos do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, de acordo com a norma internacional SA 8000

ACTIVIDADES CORRENTES

Gestão da Informação

- Alteração de Datamarts
- Divulgação de estatísticas
- Relatórios temáticos
- Qualidade de dados
- Cruzamento de dados com entidades externas
- Acções de Combate à Fraude
- Disponibilização de Listagens de Notificações
- Disponibilização de Apuramento de Rendimentos

Arquitectura Tecnológica

- Gestão de Assinaturas Digitalizadas
- Aplicação para gestão das acções de formação ao Utilizador
- Evoluções ao nível das ferramentas de desenvolvimento



Instituto de Informática, I.P.

- SCORE-II (prova de conceito do modelo de reengenharia de negócio)
- BPM - Prova de conceito tecnológica de solução integrada com o SISS
- Plano de Preservação Digital ISS
- xLink - Nova ferramenta desenvolvida internamente para TestManagement.

Plataforma SAP

- Manutenção Evolutiva e Correctiva do SIF
 - Implementação de nova Versão do módulo Z_Processamentos
 - Implementação da Emissão de notas de Débito para o IEFP
 - Implementação de nova versão de interface GT/SIF
 - Implementação de nova Release do módulo de consolidação Financeira
 - Implementação dos movimentos do Fundo de Garantia Salarial no Interface SICC/SIF.
- e-ValorRH
 - Implementação da nova interface E-ValorRH/SIATE ;
 - Implementação do pacote de medidas legais resultantes do PEC II;
 - Implementação das medidas de Redução de Remunerações resultante do OE 2011;
 - Implementação do Ep4 no sistema SAP que suporta o E-ValorRH em todos os ambientes não produtivos.

Plataformas de Relacionamento

- Novas aplicações Web
 - Medidas de Combate à Crise (MCC09)
 - Ajudas de Custo aos trabalhadores dos Transportes Rodoviários Internacionais (ACTIR).

Operações, Sistemas e Apoio ao cliente

- Avaliação da disponibilidade e eficiência dos Serviços
- Avaliação de Serviço nos Utilizadores (ASU)
- Actualização da plataforma SAP da versão 4.6C para 6.0
- Deployments aplicativos e de base de dados nos ambientes de Pré-Produção e Produção requeridos para a criação dos novos serviços e manutenções evolutivas e correctivas de aplicações SISS



Instituto de Informática, I.P.

Gestão da Qualidade

- Scripts para correcção de dados
- Processamentos para o apuramento das prestações sociais
- Actualização da infra-estrutura tecnológica
- Suporte aos Utilizadores

- Manutenção das certificações ISO/IEC 27001:2005 e da ISO/IEC 9001:2008;
- Implementação da monitorização dos processos de gestão do risco e de segurança da informação;
- Aplicação do inquérito à satisfação dos clientes/utilizadores do SISS e dos respectivos Coordenadores Nacionais das Aplicações,
- Realização de duas auditorias internas e 3 auditorias internas de seguimento;
- Concepção e Gestão das Newsletter da Qualidade – 7 edições em 2010;
- Representação do II, I.P. no grupo de trabalho para criação da comunidade virtual CAF+, promovida pelo INA e no POCIQ – Portal para a Inovação e Conhecimento do MTSS;
- Realização de 8 avaliações pós implementação (Post Implementation Reviews).

Planeamento e Controlo Interno

- Concepção do Plano Estratégico de Sistema de Informação do MTSS (Segurança Social e alguns outros organismos do MTSS) para o triénio 2011-2013;
- Construção de soluções, prévias à implementação da Contabilidade Analítica em SAP, no sentido de satisfazer a norma ISO20000 no que respeita à previsão e apuramento de custos dos serviços prestados pelo II;
- Conclusão do modelo conceptual do Sistema de Contabilidade Analítica a implementar em 2011.

6 RECURSOS HUMANOS

Estratégia de Recursos Humanos Os principais enfoques da gestão das pessoas ao serviço do Instituto, em 2010, consistiram na criação de soluções para ir ao encontro do novo enquadramento Legal, decorrente da entrada em vigor, nomeadamente da Lei nº 12º-A/2008, de 28 de Fevereiro, que aprovou os novos regimes de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) e do Código de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP).

Em 2010 o II, IP prosseguiu as melhorias dos instrumentos de gestão de recursos humanos, visando entre outros propósitos o incremento das qualificações necessárias para as funções desempenhadas, a actualização do Manual de Funções com a inserção de novos conteúdos ao nível das competências, actividades e conhecimentos requeridos para as funções existentes e a inserção de novas funções, também requeridas no âmbito do projecto de certificação da qualidade pela ISO 20000 da Gestão de Serviços de TI.

Melhorou-se, igualmente, o Sistema de Informação de Recursos Humanos, designadamente através da exploração e disponibilização de dados recolhidos pelo “Sistema de Informação de Acessos e Tempos no Edifício - SIATE”, resultado da automatização de processos de identificação e acessos e tempos, propiciado por este sistema.

Mapa de Pessoal a 1 de Janeiro de 2010 O **Mapa de Pessoal** aprovado para o ano de **2010**, com **310 Postos de Trabalho Necessários (PTN)**, **25 dos quais a preencher por novos recrutamentos, no âmbito das modalidades de mobilidade interna**, foi elaborado com a participação dos responsáveis de unidades e aprovado superiormente, nos termos dos artigos 4º a 7º LVCR.

Afectação real de Recursos Humanos O II, I.P. contava ao seu serviço, em 31 de Dezembro de 2010, com um total de **276 trabalhadores, número que ficou aquém dos PTN do Mapa de Pessoal.**

Em 31 de Dezembro de 2010, comparativamente a igual período de 2009, registou-se menos uma (-1) pessoa ao serviço.

Evolução dos efectivos de pessoal ao serviço do II, I.P.

2005	2006	2007	2008	2009	2010
206	210	209	211	277 a)	276

a) Aumento devido à reorganização dos serviços e consequente integração de efectivos de outras instituições de Segurança Social, no II, I.P..

Procedimentos Concursais A implementação e conclusão do **Plano Operacional do Programa de Procedimentos Concursais**, nos termos da legislação aplicável, visou o preenchimento de 25 postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, distribuídos pelos seguintes conjuntos:

- 11 correspondentes a novas entradas com origem em procedimentos concursais de vinculados em funções públicas;
- 14 correspondentes a colaboradores já em funções no II, I.P., em situações de mobilidade interna.



7 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2010

7.1 ORÇAMENTO

A execução orçamental do II.IP em 2010 respeitou o quadro normativo vigente ao longo do ano. O início do ano foi pautado pela aplicação do regime transitório, previsto no artigo 41.º da Lei de Enquadramento Orçamental, considerando que não se encontrava aprovado o Orçamento do Estado nessa altura. Desta forma, o orçamento obedeceu às limitações impostas pelo regime duodecimal previsto no n.º4 daquele artigo.

Orçamento Inicial Em Janeiro de 2010 o IGFSS atribuiu ao orçamento duodecimal do II, IP um valor de 8.267.385 euros, reforçados a posteriori por 5.413.477 euros, necessários à abertura de procedimentos de aquisição críticos e inadiáveis. Deste modo, no final do 1º Trimestre, o orçamento do II, IP ascendia a 13.680.862 euros, valor que suportou os encargos do Instituto ao longo do 1º Semestre de 2010.

O orçamento inicial do II, IP aprovado para 2010 foi disponibilizado em Junho na sua totalidade, com a aprovação do Decreto de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho). O total do orçamento aprovado ascendeu a 40.524 mil euros, dos quais 23.309 mil euros afectos a despesas de Administração e 17.214 mil euros a Despesas de Capital.

Em 24 de Junho o orçamento do Instituto sofreu uma cativação no montante de 1.245,6 mil euros, na sequência do despacho de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social.

Orçamento Final Em resultado das operações referidas o orçamento final do Instituto cifrou-se nos 39.976.788 euros.

Composição do Orçamento Corrigido (valores arredondados)

Aquisição Bens de Capital	15.581.000 €
Aquisição Bens e Serviços	12.578.000 €
Despesas com Pessoal	11.719.000 €
Subsídios	93.000 €
Juros e Outros Encargos	5.000 €
Outras Despesas	2.000 €

Investimentos orçamentados por Fundo de Financiamento

No âmbito do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC), foram aprovadas diversas candidaturas de financiamento de alguns projectos específicos.

Em consequência, foram criados fundos próprios para dotar as operações co-financiadas com os montantes elegíveis, de acordo com o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), sob a coordenação da AMA – Agência para a Modernização Administrativa.

Tais operações levaram à reestruturação dos fundos de financiamento no Orçamento de Despesas de Investimento.

Tendo o PIDDAC Informática do Orçamento da Segurança Social deixado de financiar o II, IP a partir de 2009, foi constituído um novo fundo de Capital agregador do orçamento das despesas de investimento no valor de 11.67 mil euros, tal como evidência o mapa anterior. Esta distribuição das despesas de investimento encontra-se reflectida no quadro seguinte:

Orçamento de Investimento por Fundos

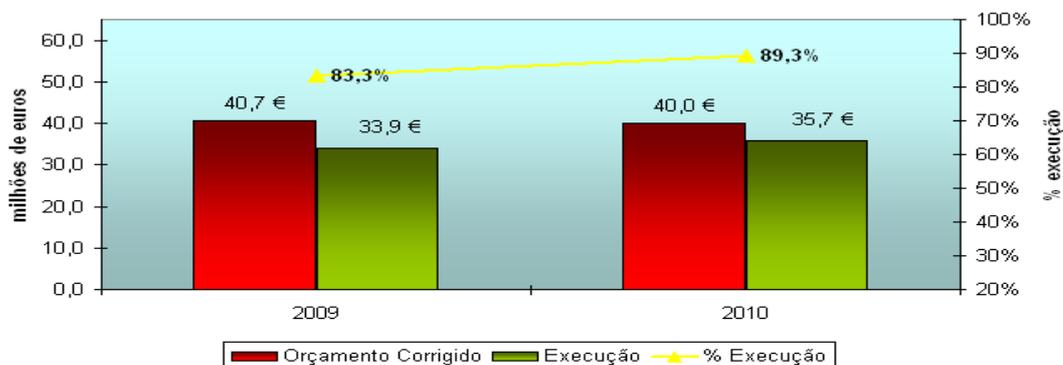
		milhares de euros
Fundo	Descrição	Orç. Corrigido
SAMA		
DNP	Desmaterialização Proc. Negócio	1.836,3
ASU	Avaliação de Satisfação de Utente	449,1
PORTAL	Implementação do Portal do MTSS	102,5
GO PRO	Gestão Objectivos e Reeng Processos ISS	311,4
ÚNICA	Atendimento Presencial – Reengenharia de processos e Monitorização da Qualidade da Informação	420,8
IECC	Identificação Electrón. do Cartão do Cidadão	281,0
FWSCI	Framework de Serviços Comuns	251,7
Sub-total fundos SAMA		3.652,9
CAPITAL		11.678,2
ADMINISTRAÇÃO		249,7
Orçamento de Despesas de Investimento		15.580,8

7.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Execução Orçamental

A percentagem de execução do orçamento final de 2010 (89,3%) foi superior em 6 p.p. face ao verificado no ano anterior (83,3%), conforme se pode verificar no gráfico seguinte, decorrente, sobretudo, de uma maior percentagem de execução da Despesa de Capital e Aquisições de Serviços.

Execução Orçamental 09/10 (em milhões de €)



O montante total executado em 2010 registou um aumento de 5,3% relativamente a 2009, o que marca um crescimento das despesas acima do crescimento dos anos anteriores.



Instituto de Informática, I.P.

Esta quebra de tendência está relacionada com dois factores principais:

- com o alargamento das competências do Instituto e a assumpção de novos compromissos de despesa daí decorrente, e
- com a necessidade de comparticipar com fundos nacionais o financiamento das operações SAMA.

Composição da Despesa

Quanto à composição da despesa em 2010, o peso das Aquisições de Bens e Serviços e da Despesa de Capital foi de 30% e 38% respectivamente, vide Quadro III - Evolução da Despesa e Peso por Económica.

Face ao ano anterior, regista-se uma estrutura análoga com um acréscimo de apenas 1 p.p. no peso da Despesa de Capital.

A Despesa com o Pessoal representou 31% da despesa em 2010 (redução de 1 p.p.), mantendo um peso semelhante ao do ano anterior, que tinha sido afectado pela alteração do Quadro de Pessoal e integração de efectivos de outras instituições da Segurança Social no II, IP.

Composição da Despesa Executada (valores arredondados)

Aquisição Bens de Capital	13.614.000 €
Aquisição Bens e Serviços	10.787.000 €
Despesas com Pessoal	11.212.000 €
Subsídios	91.000 €
Juros e Outros Encargos	4.000 €
Outras Despesas	1.000 €

Despesa Corrente Em 2010 a Despesa Corrente registou um aumento de 884 mil euros (4,2%) que se deveu sobretudo ao incremento em 437 mil euros nos pagamentos afectos a Despesa com Pessoal (4,1%), assim como às Aquisições de Bens e Serviços, que registaram um acréscimo da despesa de 441 mil euros (4,3%).

O crescimento dos compromissos afectos a serviços permanentes está estreitamente relacionado com o alargamento das competências do II.I.P., a gestão e disponibilização de um maior número de aplicações, sistemas e infra-estruturas e serviços de TI e com o aumento do grau de integração e/ ou comunicação de informação com clientes e entidades externas.

Pessoal

A Despesa com Pessoal ascendeu a 11.212 mil euros em 2010, o que correspondeu a um crescimento de 4,1% no período 2009/2010 (+437 mil euros).

O crescimento registado revelou-se, no entanto, bastante inferior ao crescimento verificado no período anterior (2008/2009), em que a Despesa de Pessoal cresceu 20,5% devido, sobretudo, à alteração do Quadro de Pessoal por via da integração de efectivos de outras instituições de Segurança Social no II.I.P., em meados de 2009.



Instituto de Informática, I.P.

Aquisição de Bens e Serviços

As Aquisições de Bens e Serviços registaram um acréscimo de 4,3%, não obstante os ganhos de eficiência e poupança obtidos em diversas rubricas.

De facto, tal acréscimo deve-se sobretudo ao aumento das despesas com a rubrica de **Comunicações**, conforme evidenciado no quadro do Anexo I. O aumento da despesa nesta rubrica face ao ano anterior é de 1.051 mil euros, estando este acréscimo associado:

- o ao crescimento do número de circuitos instalados;
- o ao incremento da largura de banda de outros circuitos, no sentido de suportar acréscimos de tráfego de dados entre o *datacenter* principal e o alternativo
- o a verba relativa ao novo contrato celebrado pelo II.IP ao abrigo de protocolo acordado com a ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho do MTSS, no âmbito do alargamento das competências do Instituto, e ainda
- o a um aumento das despesas com a emissão, por Correio, de correspondência relacionada com o envio de passwords para acesso à Segurança Social Directa.

A despesa anual com Comunicações, ascendeu a 3.768 mil euros.

A redução da despesa com **Assistência Técnica** (-21,1%) está associada à renegociação dos contratos de licenciamento de ferramentas de software, de manutenção do equipamento informático e renovação do parque informático. Por outro lado, não foi possível, pela falta de verba nesta rubrica, executar em 2010 as despesas necessárias com as novas carências de manutenção advindas da maturidade do parque informático actual (cerca de 1/5 do Hardware atingiu o fim da sua vida útil no decorrer de 2010). A aprovação tardia do OE contribuiu em parte para esta quebra, na medida em que, devido a esse facto, a distribuição orçamental apenas em Junho pôde ser concluída. No período 2009-2010 os pagamentos nesta rubrica registaram um decréscimo global de 526 mil euros.

De salientar também as quebras com as despesas de **Formação** (-23,8%) e **Estudos, Pareceres e Projectos de Consultoria** (-10,7%) que, somadas, originaram uma poupança de 228 mil euros face às despesas do ano anterior.

Grau de execução

O grau de execução da Despesa Corrente no final de 2010, em comparação com o período homólogo de 2009, evidenciou um acréscimo de 4,2%, alcançando os 90,6% de execução.

Despesa de Capital

A Despesa de Capital ascendeu a 13.614 mil euros, registando uma execução de 87,4% face ao orçamento corrigido de 15.581 mil euros. O aumento de 918 mil euros relativamente ao ano anterior, representa um acréscimo de 7,2%.

As percentagens finais de execução em 2010 das rubricas de Hardware e Software Informático foram, no conjunto dos três fundos, 80% e 90% respectivamente.



Instituto de Informática, I.P.

Execução 2010 da Despesa de Investimento por Fundos

milhares de euros				
Fundos	Designação	Orç. Corrigido	Execução	% Execução
SAMA	Hardware	1.265,2	896,75	71%
	Software	2.387,63	1.876,99	79%
	sub-total	3.652,87	2.773,75	76%
Capital	Hardware	2.727,78	2.309,46	85%
	Software	8.950,45	8.326,00	93%
	sub-total	11.678,23	10.635,46	91%
Adm.	Hardware	10,29	10,29	100%
	Software	41,71	-	0%
	Equip.Admin.	197,75	194,81	99%
	sub-total	249,75	205,10	82%
Total		15.580,85	13.614,31	87%

O quadro seguinte mostra que o crescimento da Despesa de Capital do período 2009-2010 decorreu de um maior grau de execução da rubrica de **Hardware**, com um crescimento das aquisições de equipamentos informáticos no valor de 1.796 mil euros (126% face ao ano anterior).

Evolução da Despesa de Investimento – 2007 a 2010

milhares de euros							
Designação	2007	2008	2009	2010	Tvha 07/08	Tvha 08/09	Tvha 09/10
Hardware	5.578,1	3.825,7	1.420,2	3.216,5	-31,4%	-62,9%	126,5%
Software	7.296,1	9.693,1	11.265,6	10.203,0	32,9%	16,2%	-9,4%
Outros	126,5	167,3	10,9	194,8	32,3%	-93,5%	1687,2%
Total	13.000,7	13.686,1	12.696,7	13.614,3	5,3%	-7,2%	7,2%

Hardware

O crescimento acentuado das despesas de Hardware decorreu do investimento na renovação de servidores de suporte ao SISS, destinados a substituir equipamento cuja antiguidade tinha atingido os seis anos, e que acarretava elevados custos de manutenção. A aquisição destes servidores mais eficientes veio aumentar a capacidade de processamento necessária para dar resposta ao crescimento contínuo de subsistemas do SISS que o II, IP suporta, permitindo reduzir para metade os custos de consumo de energia com estes equipamentos novos. Foram também adquiridas soluções de *storage*, cujo processo de aquisição transitou do ano anterior; novos equipamentos para sustentar o crescimento do Contact Center – VIA, assim como foram substituídos equipamentos de rede no limite da sua obsolescência, com dez anos de serviço ininterrupto, e para os quais o fabricante deixou de assegurar a reparação/substituição de peças.

Software

As despesas executadas em **Software** baixaram 9,4% relativamente a 2009, registando uma quebra significativa de 1.063 mil euros.

SAMA

As operações financiadas por componente comunitária (FEDER), aprovadas em



Instituto de Informática, I.P.

sede do SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, obtiveram uma execução de 76%, sendo a sua distribuição evidenciada no quadro seguinte.

Execução 2010 das Operações Co-financiadas pelo SAMA

milhares de euros				
Fundo	Descrição	Orç. Corrigido	Execução 2010	% Execução
DNP	Desmaterialização Proc. Negócio	1.836,3	1.151,1	63%
ASU	Avaliação de Satisfação de Utente	449,1	368,9	82%
PORTAL	Implementação do Portal do MTSS	102,5	40,0	39%
GO PRO	Gestão Objectivos e Reeng Processos ISS	311,4	311,4	100%
ÚNICA	Atendimento Presencial – Reengenharia de processos e Monitorização da Qualidade da Informação	420,8	414,3	98%
IECC	Identificação Electrón. do Cartão do Cidadão	281,0	236,7	84%
FWSCI	Framework de Serviços Comuns	251,7	251,4	100%
Total fundos SAMA		3.652,9	2.773,7	76%

As despesas realizadas por estas operações traduziram-se num menor grau de execução (76%), relativamente à taxa global de execução das Despesas de Investimento (87%), devido à execução física dos projectos co-financiados. Sendo objecto de contrato de financiamento plurianual com a AMA, algumas operações protelaram para o ano seguinte, por razões operacionais, despesas inicialmente previstas para o ano de 2010. Assim, a execução das candidaturas SAMA, que constituiu 20% da execução da rubrica de despesas de capital, influenciou em baixa a execução das despesas de investimento do II, IP.

Evolução da Despesa e Indicadores de Execução

Apesar do aumento da actividade do II,I.P., registou-se apenas um acréscimo de Despesa de 5,3 % relativamente ao ano anterior, registando-se um total de pagamentos acumulados de 2010 na ordem dos 35.708 mil euros.

Ao nível dos principais agrupamentos da despesa há a assinalar, no período 2009-2010, o acréscimo em 7,2% da Despesa de Capital (918 mil euros) e o aumento da Despesa Corrente que registou um acréscimo de 4,2% (884 mil euros).

O acréscimo da execução da Despesa de Capital no período esteve associado à dimensão do Plano de Aquisições de Equipamentos e Licenciamento de Software para o período 2009-2010, e ao aumento do investimento afecto a Candidaturas SAMA, que significou uma despesa suplementar ao orçamento no ano corrente.

Ao nível agregado da Despesa Corrente, o aumento prende-se com o incremento do número de efectivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto, ocorrida em meados de 2009, por via da integração de efectivos de outras instituições da SS, e que teve impacto em 2010.

Registe-se, ainda, o aumento com a contratação de novos circuitos de comunicação, ao abrigo do alargamento de competências do II, IP, o que contribuiu para o incremento excepcional das Despesas Correntes.



Instituto de Informática, I.P.

Indicadores de Execução – 2007 a 2010

Grupos de Despesa	2007	2008	2009	2010	em milhares de euros		
					Tvha 07/08	Tvha 08/09	Tvha 09/10
Despesas Correntes	21.716,4	21.099,0	21.211,0	22.093,8	-28%	05%	4,2%
Despesas c/ Pessoal	8937,4	8942,6	10.775,5	11.212,2	0,1%	20,5%	4,1%
Aq. Bens e Serviços	12774,4	12072,9	10.345,3	10.786,7	-5,5%	-14,3%	4,3%
Juros e Outros Encargos	3,7	3,6	4,3	4,3	-1,7%	17,5%	0,3%
Subsídios	0,0	78,6	84,2	90,7		7,2%	7,7%
Outras Despesas Correntes	0,9	1,3	1,7	0,6	45,7%	32,7%	-64,7%
Despesas de Capital	13000,7	13686,1	12.696,7	13.614,3	5,3%	-7,2%	7,2%
TOTAL	34717,1	34785,1	33.907,7	35.708,2	0,2%	-2,5%	5,3%
Indicador de Exec. Orç.							
Orçamento Final	40646,7	36723,0	40.707,8	39.976,8	-9,7%	10,9%	-1,8%
%Exec. Orçamento Final	85,4%	94,7%	83,3%	89,3%	9,3%	-11,4%	6,0%

7.3 RESULTADOS

Resultado Líquido

O exercício de 2010 encerrou com o apuramento de um Resultado Líquido positivo no montante de 6.373.774,96 €.

O Resultado Líquido apurado está afectado pela contabilização de despesas de investimento no valor total de 13.614.312,35 € do qual o financiamento pelo fundo de Administração, no montante de 205.102,46 € foi contabilizado como Transferências Correntes, e o financiamento de 13.409.209,89 € pelo fundo de Capital, ambos do Orçamento de Administração da Segurança Social, foi contabilizado como Proveitos Extraordinários, de acordo com as normas contabilísticas do Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

Aquele resultado está, também, afectado pelo total de Amortizações do Exercício no montante de 8.784.401,81 €.

Não tendo o II, IP qualquer actividade de exploração, o resultado apurado no exercício é meramente contabilística em consequência da aplicação das normas do POCISSSS.

O Resultado Líquido positivo apurado de 6.373.774,96 € será levado à conta de Resultados Transitados, em conformidade também com as citadas normas contabilísticas.



8 CONCLUSÃO

Actividade no ano de 2010

O ano de 2010 trouxe novos desafios ao Instituto com a concretização das medidas inseridas no combate ao défice, que obrigaram a um esforço acrescido no reforço da eficiência e do rigor ao nível do controlo dos direitos e do combate à fraude e evasão prestacional.

Este esforço foi conseguido a par com a superação de 6 dos 9 objectivos definidos no QUAR, tendo sido atingidos todos os outros.

O alargamento das competências do II.I.P, a gestão e disponibilização de um maior número de aplicações, sistemas e infra-estruturas e serviços de TI e o aumento do grau de integração e/ ou comunicação de informação com clientes e entidades externas, traduziram-se num crescimento dos compromissos afectos a serviços permanentes e num aumento da Despesa Corrente de 4,2%.

Não obstante o considerável aumento da sua actividade, em 31 de Dezembro de 2010, comparativamente a igual período de 2009, registou-se uma manutenção do nível de recursos físicos e financeiros.

Considerações prospectivas

Em termos de perspectivas futuras, o II.I.P. considera, para 2011, algumas orientações estratégicas visando um melhor desempenho das Tecnologias de Sistemas de Informação do MTSS, entre as quais salientamos:

1. Aprofundamento e desenvolvimento do sistema integrado de relacionamento da segurança social, com a utilização de um sistema de informação que possa suportar de forma integrada todo o processo de relacionamento com cidadãos e empresas, independentemente do canal de contacto;
2. Operacionalização da autenticação única dos utilizadores do SISS;
3. Desenvolvimento de novos processos de interoperabilidade;
4. Desmaterialização e reengenharia de processos da Segurança Social;
5. Consolidação dos sistemas e tecnologias de informação para o SISS de forma a incorporar novos domínios de negócio;
6. Integração crescente da infra-estrutura tecnológica dos organismos do MTSS, passando pelo alargamento sustentado da infra-estrutura comum;



Instituto de Informática, I.P.

7. Investimento na sustentabilidade dos Sistemas em produção, nomeadamente quanto à qualidade dos dados, eficácia e eficiência das aplicações, garantindo o cumprimento dos estágios de análise de viabilidade e análise de negócio, previamente à elaboração, construção e implantação;
8. Investimento numa maior independência de fornecedores, não apenas ao nível de software mas também de hardware, nomeadamente através de uma estratégia de adopção progressiva de software open source como uma das linhas de orientação a seguir.

Relativamente à independência face a fornecedores é aconselhável que a SS continue uma estratégia de utilização em simultâneo de insourcing e outsourcing no desenvolvimento e manutenção dos Sistemas, tirando o melhor partido que ambas as estratégias oferecem.

Parece-nos pacífico que o outsourcing deva ser adoptado sempre que os desenvolvimentos façam uso de tecnologias que a SS não domina ou que possam ser desenvolvidos externamente com menos custos e com redução de tempo e libertação de recursos internos.

Pelo contrário quando o outsourcing se torna numa necessidade permanente por força da escassez de recursos internos, com custos totais mais elevados, dependência de fornecedores e perda de controlo sobre os processos de negócio, entendemos que o Estado fica a perder, senão no curto, mas sem dúvidas no médio prazo.

Assim, considerando a importância das tecnologias da informação na racionalização de recursos do sector público, numa conjuntura de grande contenção orçamental não pode ser dispensada uma análise de custos/benefícios e do risco de cada opção, de modo a proteger o interesse do Estado e a eficiência e eficácia dos seus serviços.



Instituto de Informática, I.P.

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Nº17
Edifício Ciência I • Taguspark
2740-120 Porto Salvo
Tel.: 214 230 000 • Fax: 214 230 001
E-mail: ii@seg-social.pt
www.seg-social.pt

